



Suplemento
Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel
Ju

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

ACTA Nº. 11/96 4ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DE 1996 25 de Julho de 1996

Os trabalhos foram declarados abertos às 21.30 horas.

Mesa: Mário Ventura Henriques.

Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel.

Vitor Manuel Lopes de Andrade.

Membros presentes: Todos, com excepção dos Senhores Joaquim Marques, Alberto Lourenço, Marques Pedrosa, Armando Paulino, Carlos Reis, Catolino Pinto, a Senhora D^a. Isabel Ferreira, os Senhores José Teodoro e Luis Francisco e a Senhora D^a. Maria Helena Nogueira, conforme consta da relação anexa.

I - ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas e) e i) do nº.2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Concurso Público de Selecção de Empresa para em Terrenos disponibilizados pelo Município, na Rua de Alforneiros, na Freguesia da Brandoa, construir Habitação Social de custos controlados a adquirir pela Autarquia*";

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea p) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugada com o nº. 1 do Artº. 5º. da Lei 1/87, de 6 de Janeiro e Dec. Lei 37/93, de 13 de Fevereiro, da deliberação da C.M.A. relativa ao "*Lançamento de Derrama/97*";

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea j) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugada com o nº. 1 do Artº. 17º. do Dec. Lei 442-C/88, de 20 de Novembro, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Contribuição Autárquica/97*";

4 - Apreciação para emissão de parecer, nos termos da alínea j) do nº.1 do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, sobre os *"Projectos de Lei que visam a Criação e a Lei de Quadro das Regiões Administrativas"*;

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do nº. 2 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da C. M.A. relativa à *" Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Amadora"*;

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea j) do nº.2 do Artº.39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa ao *"Concurso Público para Concessão e Exploração da Piscina Municipal da Venteira e Complexo Desportivo da Buraca"*.

O Senhor Presidente da Mesa colocou a Ordem de Trabalhos à discussão e não havendo intervenções, colocou-a à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 22 Membros presentes.

II - CORRESPONDÊNCIA

Foi lido o resumo constante da folha que se anexa com esse título.

III - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Mesa abriu este período, tendo-se inscrito os Senhores José Araújo, Amílcar Martins, Joaquim Ferreira, Virgílio Rosa, António Galvão e José Santos.

O Senhor José Araújo, para falar sobre a abertura do Metro na Pontinha, dizendo ter sido informado que seria construída uma passagem de peões de Alfarelos até ao Metro, mas até ao momento nada foi feito; o saneamento da Estrada da Correia e da Estrada Militar, dizendo que todos os dias, estão charcos de água podre provenientes deste; sobre o saneamento da Praceta Henrique Leiria, dizendo que todos os dias aparece água proveniente deste.

O Senhor Amílcar Martins, para falar sobre a Associação de Proprietários e Moradores dos Moínhos da Funcheira e sobre o pedido de legalização do bairro dos



Handwritten signatures in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Moínhos da Funcheira. Aproveitou ainda para solicitar mais fiscalização por parte da Câmara.

O Senhor Joaquim dos Santos Ferreira, para falar sobre as "ilegalidades" do Edifício do Centro Comercial Babilónia.

O Senhor Virgílio Rosa, para falar sobre a falta de higiene e limpeza no Concelho, nomeadamente na Venteira, em que o lixo começa a tomar proporções tais que ameaça por em perigo a saúde pública.

O Senhor António Galvão, para falar sobre o Palácio da Brandoa.

O Senhor José Santos para ler um documento (Documento anexo à presente Acta).

A Senhora Vereadora Helena Bastos, substituta legal do Senhor Presidente da Câmara, interveio para responder às questões colocadas, tais como, o caminho pedonal de Alfovelos para o Metro, dizendo que há condições, durante o período que medeia a abertura do Metro, de se fazer o referido caminho. O saneamento no cruzamento da Estrada Militar/Estrada da Correia/Praceta Mário Henrique Leiria, dizendo que este é mais difícil de resolver pois a água que ali aparece vem de uma zona degradada, mas a Câmara irá entrar em contacto com os SMAS para ver o que é possível fazer-se. O pedido de maior assiduidade da fiscalização no Casal de S. Brás e Moínhos da Funcheira, dizendo que tomou nota. A legalização dos Moínhos da Funcheira, dizendo que esta está a decorrer. O reclamo luminoso e os motores que funcionam no piso superior do edifício "Babilónia", dizendo que não lhe parece que este equipamento possa ser reactivado, pois a fiscalização verificou aquela situação. Referiu, que não existe um regulamento de publicidade e ocupação de via pública, encontrando-se ainda em fase de elaboração, podendo ir a todo o momento à Câmara e à Assembleia Municipal, para aprovação. A higiene e falta de limpeza no Concelho, dizendo que é um problema preocupante, mas julga não ser correcto que o lixo fique de semana para semana, pois a recolha de lixo é diária, excepto aos Domingos, devido a não haver local de recolha nesse dia pois o Aterro está fechado. Relativamente ao lixo espalhado, acha que este se deve à falta de civismo da população, pois a maior parte das pessoas não acondiciona devidamente o lixo. O Palácio da Brandoa, dizendo que a Câmara, durante um certo tempo, tentou fazer face, por uma razão de humanidade, mas a responsabilidade não é da Câmara. Referiu que o proprietário foi notificado para fazer obras, mas até ao momento, este

não as fez. Entretanto, a Câmara recebeu uma comunicação do Ministério do Planeamento e da Administração do Território referindo que a recuperação do Palácio só poderá ser realizada no âmbito do "RECRIA", ao abrigo do Decreto-Lei nº 197/92, visto tratar-se de uma propriedade privada. Para esta recuperação, poderá recorrer, para além da comparticipação a fundo perdido pelo IGAPHE, a um financiamento bonificado, logo que seja publicado um diploma que vem introduzir algumas alterações ao Decreto-Lei nº 197/92. Informou ainda, que a Câmara tem, neste momento, condições para realojar os moradores do Palácio.

Por fim, solicitou ao Senhor José Santos a entrega do documento para que a Câmara possa responder-lhe.

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

IV - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DE TRABALHOS

O Senhor Presidente da Mesa informou que a presente Sessão seria a última antes do período de férias, solicitando aos Membros da Assembleia que as suas intervenções fossem curtas, devido à extensão e ao interesse para o Município da Ordem de Trabalhos em discussão.

Informou também, que a Comissão de Urbanismo reuniu e emitiu Parecer sobre a "Exposição" apresentada pela Escola Secundária Seomara da Costa Primo a respeito da Expansão Poente, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário.

Seguidamente, não havendo intervenções na sua discussão, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o Parecer à votação, sendo aprovado por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia informou que se encontravam na Mesa dois documentos, sendo o primeiro uma Moção, apresentada pelos Presidentes de Junta de Freguesia do Município, e o segundo, um Voto de Pesar pela Morte de David Mourão Ferreira, apresentado pela bancada do Partido Socialista.

De seguida, procedeu-se à leitura da Moção e colocou-se à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 28 Membros presentes. Intervieram na sua discussão os Senhores João Caldeira, Joel Monteiro e Brites Rosa.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Não havendo mais intervenções, foi a mesma colocada à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Seguidamente, foi o Voto de Pesar colocado à admissão, sendo admitido por unanimidade dos 28 Membros presentes. Não se verificando qualquer inscrição para discussão do presente documento, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade dos 28 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia informou que estavam abertas as inscrições para intervenção neste período, tendo-se inscrito os Senhores João Caldeira, Galhanas da Luz, Manuel Jerónimo, António Mira, João Vieira, Manuel Frade, e a Senhora D^a Maria João Ferreira.

O Senhor João Caldeira, na sua intervenção, falou sobre o cruzamento da Estrada Militar/Estrada da Correia, dizendo que há mais de um ano, os Serviços responderam a uma solicitação do ex-Vereador Armando Vara, dizendo que o sumidoro que provoca o problema estava para resolução breve, mas até ao momento ainda não foi arranjado, pelo que perguntou se uma obra daquelas demora mais do que um ano a ser resolvido, constatando deste modo, que a população tem razão para reclamar. Falou sobre o problema do Palácio da Brandoa, dizendo que é grave quando a Senhora Vereadora diz que o mesmo não compete à Câmara, pois a lei é clara quando diz que é responsabilidade do Presidente da Câmara a segurança dos cidadãos do Concelho na área de protecção civil e que o problema do Palácio da Brandoa é um problema de protecção civil. Por fim, falou sobre os esgotos dos Moínhos da Funcheira.

O Senhor Galhanas da Luz, na sua intervenção, falou sobre o Seminário relativo à gestão de recursos humanos nas autarquias, realizado em Coimbra, informando que participou naquele seminário, tendo entregue à AMA um Relatório sobre o mesmo, assim como as comunicações escritas apresentadas. Informou ainda que os participantes foram, Presidentes de Câmara, Vereadores, Juristas, Directores de Recursos Humanos, para além de outro pessoal dirigente, o que demonstra, na sua maneira de ver, as dificuldades existentes na área da gestão do pessoal nas autarquias e por todo o lado. Demonstra também o interesse e a vontade das Câmaras em conjunto tentarem soluções para, de facto, resolver as dificuldades que as afectam.

Lamentou que a Câmara da Amadora não tivesse mandado ninguém em sua representação pois ou demonstra por um lado, que esta Câmara com os seus mil e noventa e sete trabalhadores que tem no seu quadro, para além dos que estão fora do quadro, não tem problemas na gestão de pessoal, ou demonstra outra coisa, que pensa ser mais grave que é o desinteresse em encontrar soluções e de resolver os problemas que se passam neste município em termos de gestão de recursos humanos.

O Senhor José Fernandes, na sua intervenção, falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que é um assunto sério que deve preocupar a todos, mas não se pode fazer demagogia àcerca desta situação. Referiu que a Câmara tem as suas responsabilidades e que esta propôs ao Governo que este problema fosse resolvido no âmbito do PER e que aquele não aceitou, pelo que as responsabilidades também passam pelo Governo. Por fim, falou sobre a falta de taxis na Amadora, dizendo que não faz sentido que a Câmara tenha em carteira 17 unidades e não faça concurso público, pois em horas de ponta, os que existem não são suficientes.

O Senhor Brites Rosa, na sua intervenção, falou sobre o Bairro do Alto dos Moinhos da Funcheira, dizendo que tem vindo a ser afectado pelos cabos de alta tensão que saem da central eléctrica ali existente. Informou, que a REN apresentou um estudo de impacto ambiental com o aumento do número de cabos e de potência, tendo sido ouvida a população residente no Bairro, pela Junta de Freguesia da Mina. Foram realizadas várias reuniões com a população, sendo uma delas bastante concorrida. Referiu ainda, com a pressão da Junta de Freguesia e dos moradores, foi possível que aquele projecto fosse chumbado pelo Ministério do Ambiente. Mais tarde, a Junta de Freguesia teve conhecimento, por via oficiosa, da apresentação de um segundo projecto ambiental para que se venha a concretizar aquela obra. Os moradores alertados para a situação, estranharam que a Junta de Freguesia não estivesse representada numa reunião efectuada num gabinete técnico da CMA, na passada Quinta-Feira, que alarmados se dirigiram à Junta de Freguesia e exigiram que esta participasse nessa reunião. A Junta de Freguesia respondeu que não compareceu à reunião, porque não foi convocada, nem teve conhecimento dela, afirmando que continua empenhada na defesa do meio ambiente daquele Bairro e que estará sempre com a população. Afirmou que a sua posição é a mesma que assumiu perante todos os moradores, isto é, os cabos de alta tensão devem sair daquela central por via subterrânea e nunca por via aérea, posição que será sempre mantida pela Junta de Freguesia da Mina, a não ser que os moradores encontrem outra solução. Por fim,



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

solicitou à CMA, que quando houver qualquer reunião para tratar deste problema, consulte a Junta de Freguesia.

O Senhor Jaime Garcia, na sua intervenção, falou sobre a intervenção do município, o Senhor José Santos, dizendo que com a intervenção dos moradores da Freguesia a que preside, não lhe restam dúvidas que de facto a situação é gravosa e acrescentou que alertou para a situação durante o decorrer das obras. Referiu que os serviços se estão a sobrepôr ao Presidente e Vereadores da Câmara, pois quem lhe respondeu ao ofício foi uma chefe de serviço. Por fim, felicitou a Câmara pela pintura das passadeiras na sua Freguesia, mas alertou que estas estão a ser pintadas em locais de pouca passagem e não em ruas de grande afluência de trânsito e de peões.

O Senhor Manuel Jerónimo, na sua intervenção, corroborou a intervenção do Senhor Jaime Garcia. Falou sobre o Palácio da Brandoa, dizendo que se solidariza com as pessoas que lá habitam. Por fim, falou de um artigo publicado no Jornal "Notícias da Amadora".

O Senhor António Mira, na sua intervenção, falou sobre o trânsito no Casal de S. Brás, dizendo que, depois da alteração do trânsito naquele local, os acidentes triplicaram, havendo inclusivamente mortes. A alteração foi a de desviar o trânsito para perto de uma escola primária o que, na sua maneira de ver, nenhum técnico de bom senso o deveria fazer. Na Rua Oliveira Martins existem duas passadeiras onde os peões são atropelados, pois os automobilistas não vêm as passadeiras, uma vez que são da cor da estrada. Só quem conhece o local, disse, é que sabe que existem passadeiras, e só nestas circunstâncias é que desaceleram os carros de modo a prevenir a passagem dos peões. Por fim, referiu que deveriam ser construídas rotundas, nas zonas de conflito do trânsito por forma a condicioná-lo, pelo que no cruzamento da Rua Joaquim Bogalho/Rua 17 de Setembro/Estrada da Serra da Mira, deverá ser contruída uma rotunda, pois no Plano inicial de Loteamento e Urbanização do Bairro estava prevista uma rotunda.

O Senhor João Vieira, na sua intervenção, congratulou-se com as obras de adaptação do Auditório Municipal, com a retirada das barreiras arquitectónicas. A Câmara, disse, fazia cumprir a legislação em outros locais, no entanto tardava em fazê-lo no seu próprio edifício. Referiu, que as perguntas colocadas pelos munícipes, em Sessões da

Assembleia, tardam a ter resposta por parte da Câmara. Por fim, manifestou a sua solidariedade com os residentes do Palácio da Brandoa.

O Senhor Manuel Frade, na sua intervenção, falou sobre o Protocolo celebrado entre a Câmara e o Clube Futebol Estrela da Amadora, dizendo que este ainda não teve solução apesar de ter sido assinado há bastante tempo. Disse ainda, que este não foi denunciado por qualquer das partes, pelo que no ano seguinte continuava em vigor, mas até ao momento ainda não foi disponibilizada a quantia acordada. Referiu que há vontade política para a disponibilização da verba, mas os serviços da Câmara colocaram entraves ao seu desbloqueamento, solicitando à Câmara a maior atenção de modo a ultrapassar esta situação. Por fim, falou sobre as viaturas apreendidas pela PSP e estacionadas na Avenida das Forças Armadas, dizendo que devido a essa situação está a ser criada, nesse local, uma lixeira, pelo que solicita à Câmara a sua retirada por ela ou pela PSP.

A Senhora D^a Maria João Ferreira, na sua intervenção, falou sobre a sua participação na XI Conferência Internacional Sobre a SIDA, informando que a Amadora esteve representada através de um Poster sobre o trabalho com a comunidade emigrante da Amadora. Referiu que, do ponto de vista científico, foram feitos grandes avanços, trazendo-se a sensação que daqui a dois anos existirá cura para a SIDA. Outra sensação que se trás, disse, é a de que as comunidades pobres não vão poder ter acesso a esta cura.

Nesta altura, o Senhor Presidente da Assembleia informou que chegou à Mesa um Requerimento a solicitar o prolongamento deste período, o qual passou a ler.

De seguida, colocou-o à votação, sendo rejeitado por maioria com 16 votos contra e 12 a favor (Documentos anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor João Caldeira fez um protesto.

Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia deu este período por encerrado.

V - PERÍODO DA ORDEM DE TRABALHOS

1 - Apreciação para aprovação, nos termos das alíneas e) e i) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho,



Suplemento
1997
Jan.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

da deliberação da C.M.A. relativa ao "Concurso Público de Selecção de Empresa para em Terrenos disponibilizados pelo Município, na Rua de Alfornelos, na Freguesia da Brandoa, construir Habitação Social de custos controlados a adquirir pela Autarquia".

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças emitiu um Parecer sobre esta matéria, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta). Intervieram na discussão da proposta os Senhores Aníbal Ramos, João Caldeira, Jaime Garcia, D^a. Maria Luisa Jubilado e Vereadora Helena Bastos, substituta legal do Presidente da Câmara e Vereador Manuel Vieira, por delegação da Senhora Vereadora substituta legal do Presidente da Câmara para darem as devidas explicitações. Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por maioria com 26 votos a favor e uma abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

2 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea p) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugada com o n.º 1 do Art.º 5.º da Lei 1/87, de 6 de Janeiro e Dec. Lei 37/93, de 13 de Fevereiro, da deliberação da C.M.A. relativa ao "Lançamento de Derrama/97".

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças emitiu um parecer sobre esta matéria, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta). Não havendo intervenções na discussão da proposta, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por maioria com 19 votos a favor e 4 abstenções (Documento anexo à presente Acta).

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

3 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea j) do nº. 1 do Artº. 39º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, e Lei 18/91, de 12 de Junho, conjugada com o nº. 1 do Artº. 17º. do Dec. Lei 442-C/88, de 20 de Novembro, da deliberação da C.M.A. relativa à "*Contribuição Autárquica/97*".

O Sr. Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças emitiu um parecer sobre esta matéria, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta). Não havendo intervenções na discussão da proposta, foi a mesma posta a votação, sendo aprovada por maioria com 20 votos a favor e 4 contra (Documento anexo à presente Acta). Foram feitas declarações de voto pelos Senhores João Vieira, em nome da bancada do CDS-PP e Miguel Paulo Nunes de Mendes Gabriel, em nome da bancada do PSD.

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

Após esta votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

4 - Apreciação para emissão de parecer, nos termos da alínea j) do nº.1 do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, sobre os "*Projectos de Lei que visam a Criação e a Lei de Quadro das Regiões Administrativas*";

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que todos os Membros receberam um documento intitulado "Parecer", mas disse tratar-se de um lapso, passando a esclarecer: A Assembleia foi confrontada tardiamente com o pedido da Assembleia da República para dar parecer sobre estes Projectos de Lei. A Comissão Permanente, entendeu que se justificava esse Parecer. Dado que se estava em cima da data limite para o envio à Assembleia da República - 5 de Agosto, e após uma troca de impressões sobre o assunto, verificou-se que havia alguma dificuldade em chegar a um consenso sobre o Parecer a remeter à Assembleia da República relativamente ao processo de Regionalização. Nesse sentido, o Senhor Presidente da Assembleia propôs-se a apresentar um projecto de parecer, que no caso de não reunir o consenso, seria apresentado como proposta sua. Isto, por considerar impróprio que a Assembleia não respondesse dentro das datas indicadas para a consulta nacional que a Assembleia da República entendeu fazer, através das Assembleias Municipais.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA AMADORA

Conclusivamente e atendendo que da discussão não se chegou a um entendimento, o Senhor Presidente da Assembleia optou por transformar o parecer em proposta pessoal, esclarecendo que o documento não tinha carácter definitivo, nem a pretensão de estar completo ou abranger todos os aspectos do problema, pelo que gostaria que o documento servisse de base de trabalho para um aprofundamento da questão e posterior apreciação da Assembleia e consequente envio à Assembleia da República. Informou, que Assembleia da República aprovou uma prorrogação do prazo de consulta por mais sessenta dias mas, uma vez que já se tinha iniciado o processo tendo em vista a data de 5 de Agosto, disse, não haveria inconveniente em que o assunto fosse discutido e votado de imediato.

De seguida colocou a proposta à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 24 Membros presentes. Intervieram na sua discussão os Senhores Miguel Gabriel, Guilherme Guimarães, João Vieira, Vitor Andrade, a Senhora D^a Maria Luisa Jubilado, os Senhores Alves Nunes e Tremoço de Brito.

Neste momento, o Senhor Presidente da Assembleia, informou que chegara à Mesa uma Proposta, apresentada pela bancada do PS, à qual foi atribuída a letra B, que passou a ler.

De seguida, colocou-a à admissão, sendo admitida por unanimidade dos 23 Membros presentes.

Seguidamente, colocou a Proposta inicial, designada pela letra A, à votação, sendo aprovada por maioria com 20 votos a favor e 2 contra (Documento anexo à presente Acta).

De imediato, colocou a Proposta B à votação, sendo aprovada por unanimidade dos 23 Membros presentes (Documento anexo à presente Acta).

Após esta votação, o Senhor Miguel Gabriel fez uma Declaração de Voto em nome do PSD.

De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, deu este ponto por encerrado.

5 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea f) do n.º 2 do Art.º 39.º do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a nova redacção que lhe foi dada pela Lei 18/91,

de 12 de Junho, da deliberação da C. M.A. relativa à " *Alteração ao Quadro de Pessoal da Câmara Municipal da Amadora*".

O Senhor Presidente da Assembleia informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças emitiu um Parecer sobre esta matéria, que foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta). Intervieram na discussão da proposta a Senhora D^a. Maria Luisa Jubilado e Vereadora Helena Bastos, substituta legal do Senhor Presidente da Câmara, para dar as devidas explicitações.

Não havendo mais intervenções, foi a proposta posta a votação, sendo aprovada por maioria com 15 votos a favor e 6 abstenção (Documento anexo à presente Acta).

Foi feita uma declaração de voto pelo Senhor Guilherme Guimarães, em nome da bancada do PS.

Por proposta do Senhor Presidente da Assembleia, a deliberação foi tomada em minuta.

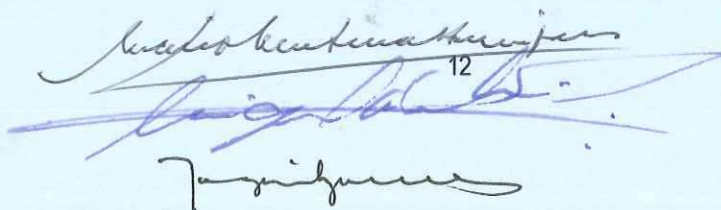
Finda a presente votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu este ponto por encerrado.

6 - Apreciação para aprovação, nos termos da alínea j) do n.º.2 do Art.º.39.º. do Dec. Lei 100/84, de 29 de Março, com a redacção da Lei 18/91, de 12 de Junho, da deliberação da CMA relativa ao "*Concurso Público para Concessão e Exploração da Piscina Municipal da Venteira e Complexo Desportivo da Buraca*".

O Senhor Presidente da Assembleia, informou que a Comissão de Administração Geral e Finanças emitiu um Parecer sobre esta matéria, o qual foi lido pelo Senhor Primeiro Secretário (Documento anexo à presente Acta).

Intervieram na discussão da proposta, os Senhores Jaime Garcia, Alves Nunes, Miguel Gabriel, João Caldeira, Guilherme Guimarães e Vereador Manuel Vieira por delegação da substituta legal do Presidente da Câmara, Senhora Vereadora Helena Bastos.

Tendo-se verificado, neste momento, a falta de quorum, o Senhor Presidente da Assembleia deu a Sessão por encerrada, às 02.10 horas.


12